


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1002793-21.2015.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Licença Prêmio**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**RELATÓRIO**

VALERIA DE CASSIA DA SILVA propõe ação contra FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO aduzindo que é policial militar reformada *ex officio* em 19/09/14 e que deixou de usufruir 2 meses e 15 dias de férias referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014. Que diante disso deve ser indenizado o período indicado, acrescido de 1/3 constitucional. Requereu a condenação da ré ao pagamento de R\$ 41.334,82, reconhecendo-se, ainda, seu caráter alimentar.

Citada, a ré contestou (fls. 33/48) aduzindo, preliminarmente ser parte ilegítima. No mérito afirmou que (a) a autora não tem direito à indenização pretendida, vez que o Decreto n. 25.013/86 somente autoriza o pagamento em pecúnia dos benefícios não usufruídos até 31 de dezembro de 1985, data anterior ao período pleiteado na ação; que teve tempo suficiente para requerer a concessão do benefício antes da inativação e não o fez (b) impugnou os cálculos apresentados, e subsidiariamente em caso de procedência, a concessão posterior de oportunidade para manifestar-se e apurar eventuais valores, respeitada a prescrição quinquenal nos termos do Decreto nº 20.910/32 (c) requereu, com referência à correção monetária e aos juros, a aplicação das Leis nº 9494/97 e 11.690/09 na fase anterior à expedição do ofícios requisitório.

Houve réplica (fls. 70/75).

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

Quanto à preliminar de ilegitimidade de parte, sua pretensão não deve prosperar.

É certo que o responsável pelos proventos da autora não é o Estado, mas sim a autarquia estadual (SPPREV), que tem personalidade jurídica própria. Nem por isso, contudo, se pode dizer que a responsabilidade do Estado seja afastada no presente caso, vez que o fato gerador da obrigação postulada ocorreu em época na qual a autora mantinha vínculo jurídico com o Estado, sem qualquer pertinência com os proventos.

No mérito, a ação é procedente.

O fato da autora ter sido reformada por incapacidade física, não lhe retira o direito ao recebimento dos dias considerados efetivamente trabalhados, sob pena de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

enriquecimento de sem causa da Administração, o que não se pode admitir.

Os servidores públicos têm garantido por lei seu direito a férias com acréscimo de 1/3 de seus vencimentos, sendo que apenas o gozo das férias fica condicionado a eventual imperativo do serviço público. Assim, e levando-se em conta que eventuais disposições regulamentares ou mesmo legais não podem ensejar o enriquecimento sem causa da Administração Pública, de rigor o pagamento das férias não gozadas, a título de indenização, independentemente da ausência de prévio requerimento administrativo, caso o servidor venha a se aposentar sem gozar integralmente o seu direito de férias adquirido quando em atividade.

Assim já se decidiu:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO. DIREITO A INDENIZAÇÃO POR FÉRIAS NÃO GOZADAS EM ATIVIDADE. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 1. Reexame de fatos e provas. Inviabilidade do recurso extraordinário. Súmula n. 279 do STF. 2. O servidor público aposentado tem direito à indenização por férias e licença-prêmio não gozadas, com fundamento na vedação do enriquecimento sem causa da Administração e na responsabilidade civil do Estado. Agravo regimental a que se nega provimento. (STF - AI-AgR: 594001 RJ, Relator: EROS GRAU, Segunda Turma, j.10/10/2006).

No mesmo sentido *Ap.TJSP 0029845-06.2009.8.26.0053-Reexame necessário, 5ª Câmara de Direito Público, Rel Maria Laura Tavares j. 09/02/2015.*

Deste modo, a indenização da funcionária que se afasta do serviço público havendo deixado de gozar férias a que fizera jus é a consequência natural da integração dessas vantagens ao seu ativo funcional.

O valor da indenização deverá ser calculado com base nos vencimentos percebidos pelo autor na data de sua inatividade. Assim, a base de cálculo deverá ser o valor contido no holerite de fls. 20, referente ao mês de setembro de 2014, mês de sua inatividade.

O valor da indenização deverá ser calculado com base nos vencimentos percebidos pela autora na data de sua inatividade. Assim, a base de cálculo deverá ser o valor contido no holerite de fls. 15, referente ao mês de setembro de 2014, mês de sua inatividade.

A atualização monetária incidirá desde o mês da inatividade, ou seja,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

setembro/14.

Quanto ao índice, sabe-se que o STF, na ADI 4357 / DF, julgou inconstitucional o art. 1º da EC 62/09, na parte em que alterou a redação do § 12 do art. 100 da CF para estabelecer o índice de remuneração da caderneta de poupança (TR) para atualização monetária dos precatórios, e, por arrastamento, declarou também a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/09 que, alterando o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, estabeleceu o mesmo índice para a atualização do débito de qualquer natureza em condenações contra a fazenda pública.

O critério adotado, em substituição, foi (a) o IPCA-E, se o débito não tem origem tributária – incorporado na Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública - Modulada (b) o mesmo índice utilizado pela respectiva fazenda pública para seus créditos tributários, se o débito tem origem tributária.

Todavia, a eficácia temporal da declaração de inconstitucionalidade relativa à emenda constitucional, ou seja, relativa aos precatórios, foi modulada, na forma do art. 27 da Lei nº 9.868/99, em sessão plenária realizada em 25/03/2015, mantendo-se a TR até 25.03.2015 e, a partir daí, o novo índice .

Sem embargo, a modulação dos efeitos gerou dúvida ainda não solucionada, sobre se a modulação deve alcançar também as condenações contra a fazenda pública.

Isso, possivelmente, será objeto de deliberação no REXt 870.947/SE, com repercussão geral reconhecida, e que afetará o posicionamento do STJ, que, em sessão de 12/08/2015, resolveu questão de ordem no REsp 1.495.146, REsp 1.496.144 e REsp 1.492.221, submetidos ao regime do art. 543-C do CPC, para aguardar o julgamento do STF.

Há a possibilidade de se entender que, não tendo havido a modulação expressa em relação às condenações, a eficácia da declaração de inconstitucionalidade – por arrastamento - do art. 5º da Lei nº 11.960/09 deve ser retroativa, pois esta é a regra geral no controle abstrato (eficácia ex tunc). Trata-se de resposta plausível ao problema.

Sem prejuízo, ousamos divergir. Partimos da premissa de que o silêncio do STF, na modulação, não foi deliberado, mas fruto de esquecimento, por sinal compreensível. Sobre esse ponto, cumpre rememorar que aquela ADIn dizia respeito à emenda dos


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

precatórios, esse o tema que essencialmente ocupou os Ministros. Na verdade, a declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 11.960/09 deu-se por arrastamento, foi questão reflexa que atingiu outras realidades para além dos precatórios, ponto olvidado na modulação.

Assentada a lacuna, parece-nos que a melhor resposta, a guardar equivalência com a modulação deliberada em relação aos precatórios, dá-se por integração analógica, almejando-se coerência e integridade no sistema. Isto porque a situação jurídica é equivalente e similar. Não observamos, com as vênias a entendimento distinto, fundamento jurídico para tratar de modo diferenciado credores da fazenda cujo único traço distintivo está no status procedimental de seu crédito - se já corporificado em precatório ou não -, circunstância que, por não ter relação alguma com a matéria alusiva à atualização monetária e o índice adequado, parece-nos não constituir *discrímen* pertinente para a desigualação. Ubi eadem ratio, ibi eadem legis dispositio. Nesse sentido: TJSP, Ap. 0036815-85.2010.8.26.0053, Rel. Ricardo Dip, 11ª Câmara de Direito Público, j. 09/06/2015.

Assim, será adotada a Tabela do TJSP – Modulada.

Sobre os juros moratórios, incidirão desde a citação e serão calculados na forma da Lei nº 11.960/09.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **julgo procedente a ação** e CONDENO a ré a pagar a autora o valor de R\$ 41.334,82, com atualização monetária pela Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública – Modulada, a partir de setembro/2014, e juros moratórios na forma da Lei nº 11.960/09, desde a citação.

Condeno ainda, a parte ré em custas e despesas de reembolso e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação.

PRIC.

São Carlos, 18 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**